



ATA DA 383ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

(19/08/2026)

Aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, no auditório do Hospital da Zona Sul, após a constatação do quórum necessário, reuniu-se o plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina para a sua 383ª Reunião Ordinária. A presidente **Vaine Pizolotto (Fecampar)** coloca a pauta do dia em discussão: **1. 13h30: Aprovação da Pauta da 383ª e das Atas nº381 e nº382 da Reunião Ordinária do CMS; 2. 14h00: Informes sobre a 16ª Conferência Municipal de Saúde; 3. 14h45: Atualização da AMS sobre a situação dos Ticket para Pacientes HIV; 4. 15h15: Aprovação da Alteração de Proposta do Hospital Vascular de Londrina-HVL e Apresentação do novo Prestador de Serviço-UNIORT; 5. 15h45: 6. 16h00: Esclarecimento do Ministério Público a respeito da Intervenção da ISCAL; 7. 16h30: Eleição do Segmento Prestador para a Vaga na Comissão Executiva; 8. 16h45: Informes.** Vaine aponta a necessidade de excluir o ponto 6 da pauta, que tratava dos esclarecimentos do Ministério Público sobre a intervenção do ISCAL, devido à impossibilidade de comparecimento da promotora por motivo de outro compromisso. Informa também pedido de inclusão, no ponto 3, de informações sobre a aquisição de cadeiras de rodas e de órteses e próteses, a serem apresentadas pela diretora Verônica Sanches (SMS/DRAS). Por fim, aponta ainda a necessidade de inclusão na pauta de indicação de usuários para atuarem como fiscais de contrato. **Não havendo mais apontamentos, o plenário aprova a pauta com as alterações propostas.** Vaine coloca em discussão as atas da 381ª e da 382ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde (CMS). **O CMS aprova as atas da 381ª e da 382ª Reunião Ordinária. Seguindo com os trabalhos o conselho passa a discutir o ponto de pauta “Informes sobre a 16ª Conferência Municipal de Saúde”.** A conselheira **Rita Domansky (SMS)** inicia a seguinte apresentação: Apresentação 16ª Conferência. Rita explica que, como a conferência municipal foi adiada, ela preparou um resgate dos acontecimentos. Informa que em 15 de junho houve a aprovação do regulamento com a presença de 64% do conselho. Destaca que fez questão de resgatar o registro nominal de quem estava presente na ata daquele dia para responder a questionamentos recentes sobre quem de fato aprovou o documento, pontuando inclusive que a pessoa que levantou as dúvidas não consta na lista de presença, e é importante este esclarecimento para evitar alegações de falta de transparência nas informações. Rita aponta dois problemas recorrentes nas reuniões: a ausência de conselheiros e a desatenção daqueles que ficam manuseando o celular durante as discussões. Ela observa que, devido a essas distrações, surgem alegações de que determinados assuntos não foram abordados, sendo necessário recorrer aos registros da ata para comprovar que o tema de fato foi discutido, o que exige maior cuidado e atenção de

todos. Rita faz um relato do cronograma cronológico das ações realizadas, destacando que em 16 de abril o regulamento e o regimento foram publicados no site do conselho. Em 20 de maio, ocorreu a aprovação da ata, seguida de sua publicação no site em 25 de maio. Informa que, entre 20 de abril e 30 de maio, foram realizadas as pré-conferências dos subsegmentos e, posteriormente, dos segmentos. Por fim, menciona que em 30 de junho foi feita a publicação, no site do conselho, das entidades aptas a concorrer a uma vaga no órgão. Rita relata que no dia 3 de julho foi aberta a conferência, registrando às 19 horas a presença de 50% dos usuários e 100% dos trabalhadores, prestadores e gestores, de um total de 200 vagas de delegados. Diante desse cenário, com base na resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 6 e nº 10, ambas de junho, houve a decisão para a realização de uma nova conferência em segunda fase, programada para o período entre novembro e fevereiro de 2027. Rita explica que a apresentação desses dados tem o objetivo de responder aos questionamentos sobre a fundamentação documental das decisões tomadas. Informa que, três dias após o adiamento, em 7 de julho, a Comissão Organizadora da 16ª Conferência Municipal de Saúde reuniu-se para avaliar a condução de todo o processo e revisar passo a passo as ações realizadas, concluindo que não houve nenhum fator impeditivo para a participação dos representantes dos usuários. Acrescenta que, às 11 horas daquele mesmo dia, a comissão reuniu-se com a secretaria municipal de saúde para expor a análise realizada, obtendo o aval da titular da pasta, e que, às 14 horas, houve um encontro conjunto com a Comissão Executiva do conselho para alinhar as informações e planejar a próxima etapa. Por fim, salienta que, com a garantia da legalidade do adiamento, foi estruturado um novo calendário — apresentado nesta reunião para aprovação do plenário —, e ressalta que, na 384ª reunião ordinária, será realizada a alteração dos artigos do regulamento para reorganizar formalmente todo o processo para a próxima jornada. De 3 a 19 de novembro, vai ocorrer o período de inscrição de novas entidades, seguido pela análise documental entre 23 e 26 de novembro. Ela destaca que, para garantir total transparência e afastar qualquer dúvida ou alegação infundada de seletividade, foi oficiado o Ministério Público solicitando a indicação de um representante para acompanhar essa análise conjuntamente com o conselho, permitindo que eventuais questionamentos sejam sanados diretamente no processo. Por fim, esclarece que o resultado com as entidades aptas a concorrer será publicado exclusivamente no site oficial do conselho no dia 27 de novembro, reforçando que não haverá ligações telefônicas individuais para avisar sobre a aprovação ou reprovação, seguindo o padrão de formalidade adotado pelos demais conselhos. De 30 de novembro a 4 de dezembro, as entidades que tiverem suas candidaturas indeferidas poderão apresentar recurso, sendo permitida a regularização de eventuais pendências. Acrescenta que, entre 7 e 9 de dezembro, o conselho analisará se os pedidos foram devidamente atendidos, com continuidade da análise no dia 10 de dezembro. Por fim, reforça que o resultado definitivo com a publicação no site do conselho de todas as entidades aptas a concorrer à vaga ocorrerá nessa mesma data. Rita prossegue e informa que no dia 19 de dezembro, em um período da tarde de um sábado, será realizada uma plenária específica para a eleição dos delegados e a aprovação das propostas das novas entidades aptas a concorrer à vaga no conselho. Ela explica que essa etapa é necessária porque, conforme o regimento, a participação na conferência exige a prévia participação em uma conferência ou em uma plenária, garantindo assim a legitimidade jurídica e regimental para a presença dos novos delegados e conselheiros no evento principal. Rita informa que, no dia 20 de fevereiro de 2027, das 7h às 19h, será realizada a 16ª Conferência Municipal de Saúde em etapa única de um dia, ocorrendo em um sábado, nas dependências da Unicesumar. Rita conclui a apresentação afirmando que o objetivo da exposição é submeter o novo calendário à aprovação do plenário para que ele possa ser oficialmente divulgado no site do CMS, assegurando a

transparência do processo. Rita explica que a comissão realizou a revisão do regulamento durante a semana, mas pondera que nem todos os membros puderam lê-lo previamente e que o texto ainda precisa ser aprovado por toda a comissão. Esclarece que o documento não foi pautado para esta reunião porque a pauta já contava com temas complexos que demandariam muito tempo de discussão. **Não havendo apontamentos, o conselho aprova o calendário apresentado. O CMS passa ao ponto de pauta "Eleição do Segmento Prestador para a Vaga na Comissão Executiva".** A conselheira **Rita Domansky (SMS)** relata que, estando o conselho no mês de substituição da mesa executiva, a atual mesa discutiu a possibilidade de sua recondução até a realização da conferência, ponderando que essa continuidade assegura o alinhamento na condução dos trabalhos. Ela argumenta que eleger uma nova mesa agora não seria viável, visto que o grupo recém-empossado teria pouco tempo para se inteirar das demandas antes de entregar os cargos em fevereiro, momento em que ocorrerá a posse dos novos conselheiros e a eleição definitiva da nova mesa. Diante disso, submete à votação do plenário a recondução da atual composição da mesa executiva, destacando que haverá apenas uma alteração: a indicação de Adelson para representar os prestadores, substituindo o membro anterior devido à mudança decorrente do desligamento do mesmo do Hospital da Zona Norte. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** questiona se a mudança na representação dos prestadores ocorreu por meio de eleição ou de indicação, ressaltando que, mesmo em caso de indicação, o nome precisa ser aprovado pelo pleno do conselho. Ele indaga se houve uma reunião formal entre os prestadores com registro em ata para validar a escolha, ponderando que, por se tratar de um segmento com vários integrantes, o processo precisa ser devidamente respaldado. A conselheira **Rita Domansky (SMS)** pede questão de ordem e coloca que o procedimento tradicional entre os prestadores sempre se baseou no consenso interno para a indicação de seus representantes, sem a exigência de formalização de ata específica para indicação. O conselheiro **Geraldo Júnior (HZS)** afirma que é o suplente do segmento prestador — cuja vaga titular era ocupada por Reilly (HZN) — e menciona que a titularidade deveria ter passado para o HZS, mas, com o aval do próprio Reilly, ele permaneceu na posição, diante disso, com a saída de Reilly, ele questiona se assume automaticamente a titularidade, deixando a indicação feita pelo Dr. Antônio (referente ao Hospital da Zona Norte) na suplência. A conselheira **Rita Domansky (SMS)** confirma que o Hospital da Zona Sul passa a ser titular e o Hospital da Zona Norte ficará na suplência. **Não havendo mais questionamento o CMS aprova a recondução da Comissão Executiva até março de 2027. Na sequência, o conselho passa ao ponto de pauta "Atualização da AMS sobre a situação dos Ticket para Pacientes HIV".** A presidente **Vaine Pizolotto (Fecampar)** anuncia faz a leitura da resposta oficial encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) sobre o assunto em pauta: *DESPACHO ADMINISTRATIVO Nº 23962 /2026. Assunto: Nota ao CMS - CARTÃO SAÚDE ALIMENTAÇÃO. Ao conselho municipal de saúde: Em junho de 2025, o Município de Londrina e a Autarquia Municipal de Saúde firmaram contrato com a empresa BK Instituição de Pagamento S/A para emissão e administração do Cartão Saúde Alimentação. Durante a execução, foram constatados descumprimentos graves, como ausência de rede credenciada e não entrega dos cartões, o que levou a Secretaria de Saúde a instaurar processo de apuração de responsabilidade, aplicar penalidades, paralisar empenhos e solicitar, com urgência, a rescisão contratual. Em 13 de julho de 2026, foi formalizada a rescisão unilateral do contrato com a BK, anulando saldo de R\$2.008.642,64. Para garantir a continuidade do programa, em 23 de julho de 2026 foi firmado novo contrato com a empresa Green Card S/A, vencedora remanescente do mesmo pregão, assegurando a execução regular do benefício. Atualmente, o programa encontra-se em fase de publicação em diário oficial para execução, sob responsabilidade da Green Card S/A,*

com acompanhamento da Secretaria Municipal de Saúde para garantir que os beneficiários tenham acesso efetivo aos gêneros alimentícios e produtos essenciais. Atenciosamente: Vivian Biazon el Reda Feijó - Diretora Superintendente da Autarquia Municipal de Saúde. O senhor **Lincoln Ramos** manifesta preocupação com a lacuna gerada no fornecimento do auxílio-alimentação devido ao rompimento do contrato com a empresa anterior e ao período de transição até a contratação da nova prestadora. Ele enfatiza que os usuários não podem ser prejudicados por falhas da empresa e questiona se há alguma informação sobre o pagamento de auxílio complementar ou outra forma de amparo para cobrir esse intervalo até que a situação seja totalmente normalizada. A presidente **Vaine Pizolotto (Fecampar)** responde que, com base nas informações da última reunião, os beneficiários acabaram ficando sem o auxílio durante o período de transição e questiona se há alguma atualização sobre o tema. Em seguida, afirma que o CMS irá buscar informações para verificar se existe alguma providência a ser adotada até que a situação seja totalmente regularizada. **Seguindo com os trabalhos, o conselho passa ao ponto de pauta “Aprovação da Alteração de Proposta do Hospital Vascular de Londrina-HVL e Apresentação do novo Prestador de Serviço-UNIORT.E”.** A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** inicia a seguinte apresentação [Hospital Vascular de Londrina](#). A conselheira **Maria Ângela Magro (UGT)** questiona se estes procedimentos cirúrgicos serão realizados no Hospital da Zona Norte. Verônica Sanches (SMS/DRAS) esclarece que a proposta em questão é exclusiva do Hospital Vascular, tratando-se de uma emenda destinada especificamente àquela instituição. **Não havendo mais questionamentos o CMS aprova a proposta do Hospital Vascular.** A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** passa então a apresentação do Prestador Uniort.e: [Apresentação Prestador UNIORT](#). A secretária de Saúde **Vivian Feijó (SMS)** pontua que esse era um pleito fundamental, pois o fluxo da ortopedia se constitui como uma das demandas que mais desafiam a administração desde o início da gestão. Ela aponta que a dificuldade decorre tanto da complexidade dos procedimentos quanto dos vazios assistenciais, observando que a urgência acaba ingressando em uma lista que não é apenas programada nos hospitais, lembrando ainda que havia o costume de os grandes estabelecimentos — como o Hospital Evangélico, a Santa Casa ou o HU — centralizarem essas filas. A gestão se desafiou a buscar um prestador que tivesse em seu DNA uma atuação especializada, alinhado ao esforço de buscar oportunidades de credenciamento em outras áreas. Ela menciona que, após avançar com a vascular, o município agora fecha parceria com a Uniorte. Anuncia o início com as AIH's, que somam mais de mil guias represadas e prontas para cirurgia, para em seguida avançar na qualificação de toda a fila de espera, que é gigantesca e está estimada em 26 mil pacientes. Vivian prossegue ponderando que, ao estratificar a demanda, estima-se que cerca de 30% dessa fila corresponda a absenteísmo, ou seja, pessoas que já desistiram do procedimento ou que resolveram sua condição por outros meios. Paralelamente a isso, ela aponta que a gestão tem encaminhado pacientes para atendimento em outras unidades — como o Hospital Zona Norte, que opera a média complexidade, a Santa Casa de Cambé e também em Apucarana —, embora reconheça as dificuldades logísticas envolvidas e ressalte que alguns pacientes, mesmo estando contemplados no plano diretor regional, acabam se recusando ou reclamando do deslocamento. Vivian informa que esteve com o Dr. Alexandre após a assinatura do contrato realizada na semana anterior, e que o anúncio oficial ocorrerá no dia 10, data para a qual enviará convites formais aos membros do conselho, reforçando que todos já estão convidados para esse marco importante. Ela destaca o entusiasmo da nova gestão em relação à condução da fila da ortopedia, esclarecendo que, por enquanto, apenas os procedimentos de coluna não serão realizados de imediato, mas que o prestador assumirá todo o restante para reavaliar os registros antigos e dar uma resposta efetiva à população.

Vivian informa ainda que já está em andamento uma negociação com o Otocentro para solucionar outro gargalo histórico do município: a demanda reprimida de otorrinolaringologia, que atualmente soma cerca de 6 mil pacientes na fila. Ela relata que há uma reunião agendada para o dia seguinte na instituição e expressa a expectativa de apresentar em breve uma estratégia resolutiva ao Conselho Municipal de Saúde. Ela agradece publicamente o apoio constante de Júnior, representante do Hospital da Zona Sul (HZS), que realiza cerca de 100 procedimentos mensais na área. Contudo, pondera que, para uma cidade com 600 mil habitantes somada a outros 21 municípios da região que disputam essas mesmas 100 vagas mensais, a oferta torna-se extremamente escassa e valiosa. Por fim, reconhece que o Hospital Universitário (HU) absorve a alta complexidade, mas ressalta que sobrecarregar uma única estrutura com múltiplos papéis compromete o fluxo do sistema. Vivian enfatiza que o modelo adotado não envolve o uso de recursos financeiros municipais diretos, esclarecendo que se trata de um edital de credenciamento aberto originariamente em 2024, formalizado seguindo rigorosamente todos os trâmites administrativos e jurídicos da prefeitura. Ela pontua que os valores repassados ao prestador passarão por auditoria estrita dentro dos padrões do SUS, fundamentando-se na comprovação de produção informada ao Ministério da Saúde para o devido repasse por meio do Fundo Municipal de Saúde, de modo a garantir total transparência e evitar ruídos de comunicação. O conselheira **Edvaldo Viana (Conleste)** questiona se a gestão já mapeou a capacidade mensal de atendimento dos novos prestadores credenciados, considerando que eles possuem outros compromissos na rede, e quer saber qual será o volume real de oferta para escoar essa fila extensa. A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** esclarece que a capacidade pactuada inicialmente com a Uniorte, limitada por sua atual estrutura física, será de 400 consultas mensais e 100 cirurgias mensais (abrangendo todas as especialidades ortopédicas, com exceção de coluna). Ela acrescenta que a instituição já pleiteia junto à vigilância sanitária a licença para ampliar seu espaço físico, o que, segundo o responsável técnico, poderia triplicar a capacidade cirúrgica. O senhor **Lincoln Ramos** parabeniza a secretária Vivian e a diretora Verônica, pois assim como o conselho está presente para cobrar quando necessário, faz-se igualmente importante reconhecer e elogiar as conquistas. Lincoln ressalta que a fila da ortopedia representava um gargalo histórico e muito difícil no município, e expressa sua satisfação ao ver mais essa vitória para a saúde pública. A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** destaca que a equipe do DRAS compartilha de um alívio imenso, visto que o setor lida diariamente com a pressão de ligações e manifestações da Ouvidoria de pacientes na fila da ortopedia em situação de sofrimento. Por fim, reforça a alegria e o impacto da iniciativa — especialmente por contar com recurso exclusivo federal —, ressaltando que o chamamento representará vidas alcançadas e aliviadas após anos de espera. A secretária de Saúde **Vivian Feijó (SMS)** pontua que o tratamento ortopédico precisa estar associado à fisioterapia. Em seguida, ela relata que a estrutura administrativa de Londrina está defasada há pelo menos vinte anos, operando com um sistema que carece de recursos básicos como gestão de recursos humanos, prontuário eletrônico, compras digitais, faturamento e regulação integrados. Apesar das dificuldades, ela destaca que, em apenas seis meses, a gestão já faturou vinte e nove milhões de reais somente por meio do programa Agora Tem Especialistas. Vivian justifica a autoestima da equipe afirmando que a gestão está tirando os problemas debaixo do tapete e se recusando a administrar narrativas mentirosas sobre o trabalho da pasta da saúde, destacando o foco em atender os pacientes que sofrem na fila. Em seguida, ela pede a colaboração dos conselheiros na divulgação para que os cidadãos procurem as UBSs para atualizar dados cadastrais — especialmente número de telefone e endereço —, ressaltando que a desatualização dessas informações é um obstáculo recorrente e dificulta

enormemente a localização dos pacientes aguardando atendimento. Vivian relata que, recentemente, o Hospital Universitário (HU) realizou a cirurgia de um paciente que aguardava desde 2017, evidenciando o sofrimento prolongado de quem espera passivamente na fila. Ela explica que, em conjunto com o Dr. Alexandre, estabeleceu uma diretriz para criar um protocolo que vincule a cirurgia à reabilitação fisioterápica precoce, garantindo uma recuperação rápida. Vivian destaca que Londrina conta atualmente com oferta regular de fisioterapia por meio do Cismepar — cujo contrato foi potencializado após anos de inatividade —, permitindo que a gestão traga respostas graduais à população. Ela pondera que a demanda em saúde é infinita, exemplificando que a fila total caiu de 196 mil para 160 mil registros. Por fim, reforça que os avanços na ortopedia e na vascular seguem firmes, e estima que em três ou quatro meses poderá retornar ao conselho com novidades concretas sobre a otorrinolaringologia. O conselheiro **Fernando Marcucci (CREFITO)** questiona se os procedimentos abrangerão tanto a média quanto a alta complexidade, e se o atendimento será exclusivo para os moradores de Londrina. Marcucci pondera sobre a importância de atentar para a via de entrada e de saída do sistema, destacando que a alta demanda das urgências — especialmente os traumas decorrentes de acidentes de trânsito, cuja incidência disparou entre motociclistas — acaba competindo diretamente com as cirurgias eletivas. Ele aponta que, enquanto a gestão corre para escoar a fila existente, pois novas demandas continuam sendo geradas pela falta de ações preventivas mais incisivas. Por fim, reforça a necessidade de garantir o suporte de fisioterapia não apenas para a ortopedia, mas também para a reabilitação pós cirúrgica dos pacientes da vascular. A secretária de Saúde **Vivian Feijó (SMS)** concorda com a necessidade de intensificar campanhas preventivas contra acidentes e estima que o novo prestador conseguirá zerar o estoque de pouco mais de mil guias de ortopedia em até dois meses. Ela explica que essa rapidez ocorre porque o parceiro tem centro cirúrgico próprio e não lida com portas de urgência, diferentemente do HZS e do HU. Por fim, reforça que a gestão garantirá o vínculo obrigatório com a fisioterapia para acelerar a reabilitação dos pacientes atendidos nas UBS's. A conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** inicia sua fala parabenizando a secretária e toda a equipe por trazerem mais esse serviço essencial à rede. Ela destaca a importância da humanização no atendimento e da qualificação das filas, ressaltando a gravidade dos casos de trauma ortopédico na vida dos pacientes. Rosalina aponta que os hospitais tradicionais, sobrecarregados pela alta demanda e pelas portas abertas, muitas vezes acabam encontrando dificuldades para priorizar com a devida agilidade a urgência inerente aos quadros de trauma. Rosalina relata um drama pessoal e familiar recente, compartilhando que seu neto sofreu um grave acidente de trabalho ao ser soterrado da cintura para baixo em uma valeta. Ela explica que o jovem fraturou a bacia em dois lugares, sofreu um forte trauma na bexiga com formação de coágulos e grande perda sanguínea, e foi internado no Hospital Evangélico na última segunda-feira, porém, permaneceu dois dias na maca do SAMU dentro do pronto-socorro e enfrentou uma hemorragia contínua de segunda a sábado, precisando receber transfusão de duas bolsas de sangue. Rosalina relata que, diante da superlotação do pronto-socorro, passou duas noites sem dormir tentando ajudar o neto, embora reconheça as limitações de cobrar de um único serviço. Ela expressa a profunda dor da família ao ver o jovem — que se acidentou trabalhando e chegou coberto de terra — nessa condição, informando que ele continua internado no Hospital Evangélico e que precisará ficar restrito a uma cama por 120 dias, sem poder apoiar o pé no chão. Por fim, corrobora a fala do colega Lincoln ao reforçar que a situação do trauma e da assistência de urgência representa um caos para todos, mas parabeniza a gestão pela iniciativa voltada para a otorrinolaringologia e aproveita para relatar sua própria experiência como usuária do sistema, revelando que aguarda na fila de espera da otorrino, classificada como risco 3, há três anos. A

secretária de Saúde **Vivian Feijó (SMS)** expressa solidariedade à conselheira Rosalina e pondera, a partir de seus trinta anos de atuação na saúde pública, que as portas de urgência e emergência historicamente sempre enfrentaram superlotação. Ela aponta que o volume de pacientes por habitante cresceu significativamente no período pós pandemia, impulsionado pela alta nos custos dos planos de saúde — que hoje ultrapassam dois mil reais —, fazendo com que muitas pessoas migrassem para o Sistema Único de Saúde. Vivian pontua que Londrina ainda conta com três grandes hospitais e menciona que visitou Curitiba há três semanas para realizar um benchmarking com a secretaria da capital. Afirmando que prefere não usar desculpas e focar em soluções, ela reconhece que o pronto-socorro do Hospital Evangélico é improvisado e de tamanho reduzido. Relata que tem cobrado o Felipe, lembrando que a gestão já adquiriu leitos e ampliou a estrutura de urgência no período da SRAG, além de conduzir um novo estudo técnico para expandir a capacidade de leitos e desafogar o pronto-socorro. Vivian reconhece que a situação do pronto-socorro do Hospital Evangélico é de fato muito problemática. Em seguida, pondera com base em sua visita a Curitiba que o cenário crítico não é exclusividade de Londrina, relatando que a capital paranaense enfrenta problemas sérios a ponto de registrar ambulâncias retidas por cinco horas na porta dos hospitais com pacientes vítimas de trauma aguardando atendimento. A equipe da DRAS, liderada por Verônica e pelo setor de auditoria, tem monitorado de perto as taxas de ocupação do Evangélico. Ela aponta que, com a recente redução na demanda de convênios como a Unimed, abre-se uma janela de oportunidade para negociar a abertura de leitos adicionais para o SUS. Contudo, pondera que a expansão esbarra nas limitações orçamentárias do município, reforçando que a prefeitura não dispõe de folga financeira e exige rigor no controle dos gastos públicos. Vivian finaliza anunciando que viajará a Brasília na próxima semana com o objetivo de buscar a ampliação do teto financeiro de Londrina. Ela destaca que o montante repassado ao município está congelado há quinze anos, sem nenhum reajuste, e enfatiza que a conquista dessa ampliação trará benefícios diretos para a cidade, para os prestadores de serviço e, sobretudo, para os pacientes que dependem do sistema de saúde. A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** complementa a discussão sobre a expansão de leitos informando que existe uma portaria federal referente à Rede de Urgência e Emergência (RUE) que exige a atualização do Plano de Ação Regional (PAR). Ela explica que essa atualização destina-se a garantir um incremento financeiro importante de trezentos reais a mais na diária dos leitos de enfermaria do pronto-socorro, o que ajudaria a subsidiar os prestadores. Contudo, ela ressalta que o município está aguardando a 17ª Regional de Saúde atualizar esse pleito para que a prefeitura possa encaminhá-lo ao Ministério da Saúde e viabilizar o repasse desse recurso, apontando que a atualização do plano está pendente há dois anos. Ela ressalta a importância do Conselho Municipal de Saúde atuar ativamente nessa cobrança para destravar o recurso federal que pode subsidiar os leitos de enfermaria dos hospitais. O conselheiro **Geraldo Júnior (HZS)** parabeniza a secretária Vivian e a equipe pelo avanço na ortopedia, reforçando que a área realmente necessita de investimentos e de uma melhor qualificação da fila. Ele relata a realidade enfrentada no HZS, apontando que, muitas vezes, as informações cadastrais vêm com endereços e telefones desatualizados. A título de exemplo, menciona que, na cirurgia geral, de vinte vagas abertas para a primeira consulta, apenas dez pacientes comparecem e apenas dois acabam virando cirurgia. Por fim, questiona se o uso do call center ajudará a mitigar esse problema e indaga se o próprio prestador fará os chamados, eliminando assim o absenteísmo. A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** confirma que a Uniorte implantará um call center próprio integrado ao Saúde Web para qualificar e confirmar os contatos antes de agendar as consultas, evitando o absenteísmo e permitindo puxar o próximo da fila caso o paciente não seja localizado. Além disso, ela adianta que a prefeitura trará

em breve para o CMS, para o Ministério Público e para o GT de Acesso, um novo protocolo de filas — elaborado pela equipe técnica — para padronizar prazos e o número de tentativas das UBSs na localização dos usuários. **Na sequência, Fabiana, fisioterapeuta da SMS inicia a seguinte apresentação sobre Opmal (Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção).** A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** explica que, devido às regras do Supremo Tribunal Federal sobre a prestação de contas de emendas parlamentares, é preciso detalhar a integralidade do atendimento. Ela cita como exemplo que a aquisição de uma cadeira de rodas requer acessórios complementares (o kit completo). Assim, o esclarecimento ao Conselho serve para garantir que, na fiscalização dos órgãos de controle, fique comprovado que a despesa com o recurso (no exemplo, R\$ 400 mil) atendeu plenamente às necessidades do paciente, garantindo a integralidade do cuidado e a segurança jurídica da gestão. O senhor **Lincoln Ramos** faz dois alertas. No primeiro, ele relembra uma reunião anterior de prestação de contas em que foi constatado que quase todas as entidades executavam mais do que o programado, com exceção do Cismepar. Diante disso, ele afirma que o nome do Cismepar acende um alerta automático e cobra rigor da gestão para fiscalizar se o consórcio realmente cumprirá o que está propondo, destacando que o histórico de entregas da instituição deixou a desejar perante o Conselho. Lincoln apresenta o seu segundo alerta, resgatando as advertências feitas em plenário pelo ex-conselheiro Zezinho a respeito da qualidade dos materiais, equipamentos, órteses, próteses e itens cirúrgicos adquiridos pelo sistema. Ele reforça a necessidade de rigor na seleção e na fiscalização dessas aquisições, elogiando o cuidado demonstrado pela gestão atual nesse sentido, mas ponderando que é fundamental manter essa vigilância para assegurar que os pacientes recebam produtos de alta qualidade e não sofram nenhum tipo de prejuízo em seu tratamento. **Fabiana** esclarece que a diferença de preço entre as cadeiras motorizadas se deve às suas especificações técnicas superiores e não a detalhes estéticos. Ela destaca que a gestão exigiu garantia mínima de um ano, justificou os valores acima da tabela SIGTAP pela necessidade de itens de melhor qualidade e anuncia a criação de novos fluxos voltados à manutenção preventiva de próteses e cadeiras de rodas para otimizar os recursos públicos. O conselheiro **Edvaldo Viana (Conleste)** relata sua insatisfação após participar de uma reunião de avaliação do Cismepar (Qualicis), classificando a situação do órgão como uma "bagunça generalizada" e sem comando. Ele aponta graves irregularidades estruturais e de pessoal, como desvio de função (funcionários da limpeza fazendo atendimento e ex-conselheiros acumulando funções), desorganização nas filas e falta de quadro adequado de funcionários. Edvaldo reforça o alerta feito anteriormente por Lincoln e afirma ter cobrado rigor na cobrança de metas e aplicação de descontos de pontos por descumprimento, criticando o fato da entidade sempre querer apresentar justificativas para evitar punições. Viana relata que questionou a gestão financeira do Cismepar, afirmando ter recebido a informação de que o órgão estaria prestes a devolver quase 18 milhões de reais ao Estado por falta de capacidade de execução, enquanto os municípios continuam aportando recursos próprios. A secretária **Vivian Feijó** intervém para esclarecer a Viana o funcionamento do programa Qualicis, explicando que se trata de uma iniciativa do Estado vinculada estritamente à produção, com regras e tabela próprias que correm em paralelo à estrutura do Cismepar. Ela ressalta que são verbas separadas e condicionadas à comprovação de gastos e cumprimento de metas nas linhas de cuidado estabelecidas—como a saúde do idoso, materna, infantil e da gestante —, exigindo uma rede integrada que abrange consultas médicas, de enfermagem e atendimento multiprofissional, de modo que qualquer falha na prestação compromete o atingimento das metas e o repasse dos recursos. Vivian diz que a performance do Cismepar não está ruim, mas péssima, e que Viana tem razão sobre a situação do Qualicis. Ela esclarece que quem cuida do Qualicis é Lúcia da Regional,

e não a Secretaria Municipal de Saúde, reforçando que se trata de um projeto do Estado. Explica que apenas dois municípios acompanham o processo — Londrina e Tamarana —, sendo que Tamarana estava presente, mas Londrina não. Conta que, como não podia ir, quis indicar sua diretora, mas houve exigências burocráticas descabidas, motivo pelo qual decidiu deixar o município sem representação. Afirma que justificou a ausência e avisou que ficariam sem a presença de Londrina, destacando que estava em um evento estadual de interesse coletivo do município e que não tem obrigação de encobrir o serviço mal feito dos outros, pois está cuidando do seu próprio trabalho. Vivian diz que falou para eles que entre os 21 municípios do consórcio, fica quem quiser, mas que todos cobram e dependem de Londrina. Ela afirma que ocupa seu espaço e não terceiriza responsabilidade, destacando que o programa atingiu menos de 20% de performance e há 16 milhões parados porque o recurso funciona como crédito e não entra direto no caixa. Relata que criticou os baixos valores pagos — comparando-os à defasada tabela SIGTAP, que afasta os profissionais — e defendeu o aumento de remuneração, a exemplo de pagar 150 reais para um cardiologista. Explica que, embora não cumpram as metas, 70% da verba cai integralmente na conta devido às regras de pactuação do Estado. Ressalta que Londrina não é omissa, mas pontua a responsabilidade do Cismepar, destacando que o projeto OPMAL só avançou porque a equipe municipal assumiu a frente e construiu o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o termo de referência, além de buscar ativamente prestadores qualificados. Cita a Casa Médica e a fisioterapeuta Laís — que conta com uma equipe especializada e uma fábrica própria de manutenção e reparo —, enfatizando que a gestão buscou no mercado quem realmente desse uma resposta satisfatória. Sobre a qualidade dos materiais, ela responde que, embora não possam garantir uma "BMW", estruturaram uma proposta de acompanhamento de um ano voltada à análise detalhada das órteses, próteses e materiais especiais, priorizando a manutenção para garantir o uso eficiente e correto do dinheiro público. A diretora **Verônica Sanches (SMS/DRAS)** reforça a necessidade de aprovação dos 400 mil reais englobando o pacote completo de atendimento ao paciente, reiterando que a entrega não se resume apenas à cadeira de rodas isolada, mas sim a um combo que inclui todos os itens e acessórios complementares necessários para atender integralmente às suas necessidades, conforme previamente explicado. **Não havendo mais questionamento, o CMS aprova a proposta apresentada pela gestão. Seguindo com os trabalhos, o CMS aprova a indicação de novos Integrantes e Suplências.** O conselheiro Adelson Santos Júnior (Hospital Vida) é apresentado como o novo terceiro vice-presidente da mesa executiva. Dando sequência à pauta, o Colegiado delibera sobre a composição das Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Contratos. Para a Comissão de Avaliação do Contrato nº 007/2024, referente ao Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES), são indicadas como representantes do Conselho Municipal de Saúde a conselheira Adriane Aparecida Loper como titular e a conselheira Rosalina Batista como suplente. Em virtude do desligamento do conselheiro Manoel Rodrigues do Amaral, procedem-se às substituições nas demais comissões aprovadas pela plenária: na Comissão de Acompanhamento do Contrato do Hospital Vida e Nova Vida, o conselheiro Edvaldo Viana assume como titular, tendo Rosalina Batista como suplente; enquanto a conselheira Adriane passa a atuar como suplente no contrato do Estado, já na Comissão de Acompanhamento do Contrato do Hoftalon, a titularidade passa a ser exercida por Adriane Aparecida Loper, com Maria Angela Magro como suplente. **O conselho passa então ao ponto de pauta "Informes".** O conselheiro **Geraldo Júnior (HZS)** convida a todos o evento churrasco fogo de chão promovido pelo CEASS e que acontecerá dia 30/08, com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção da casa de apoio do Hospital Zona Sul, inclusive vai mandar o convite com todos os detalhes no grupo do CMS. A

conselheira **Rosalina Batista (Assempa)** reforça o convite feito pelo conselheiro Geraldo Júnior e em seguida, reforça as ações do Agosto Lilás em parceria com a Vara Maria da Penha (Juíza Cláudia) e a Secretaria da Mulher, destacando o evento no auditório do Hospital Zona Sul no dia 21 voltado a servidores e público local, e a mobilização na Praça da Juventude no dia 22. A conselheira **Cirlete Marcondes (Pastoral da Saúde)** diz que gostaria de fazer um agradecimento. Ela relata que, graças ao atendimento do SUS, do Hospital Universitário (HU), da 17ª Regional de Saúde, da Prefeitura e da UBS Armindo Guazzi, um jovem acidentado em 30 de janeiro — que permaneceu em coma por alguns meses — recuperou os movimentos e voltou a andar. Cirlete destaca a dedicação dos profissionais da saúde, o suporte de uma fisioterapeuta da Pastoral e ressalta que, segundo o próprio neurologista, o rapaz teria falecido se tivesse permanecido em outro município, provando que o SUS funciona quando há dedicação e busca ativa. Ao ver o jovem, que completou 22 anos no dia 10, recuperado, ela enfatiza o valor da vida e faz um apelo aos pais, mães e jovens sobre os perigos no trânsito de Londrina, alertando para os riscos associados ao uso de motocicletas e à embriaguez. A secretária **Vivian Feijó** informa sobre a realização da campanha de multivacinação, destacando que o Dia D ocorrerá no dia 22, com a abertura de duas UBSs por região durante todo o dia. O lançamento oficial da mobilização será realizado na Casa da Vacina — localizada na Praça 7 de Setembro, ao lado do Sercontel —, convidando a todos a conhecerem o espaço e a compartilharem a iniciativa nas redes sociais para incentivar a atualização da caderneta vacinal da população. Na oportunidade, Vivian também agradece à conselheira Cirlete pela acolhida e pelo convite em uma ação recente na festa junina da paróquia, que resultou na aplicação de mais de 800 doses de vacina. Vivian Informa também que a vacina Pneumo 20 já está disponível para o público que atende aos critérios clínicos a partir de 60 anos, e celebra os índices de vacinação contra a influenza (destacando o empenho das gestantes) e a redução de casos de bronquiolite infantil na cidade. Vivian destaca que, diante do déficit de servidores — estimado em 1.300 profissionais —, a gestão busca na tecnologia uma aliada essencial para otimizar os serviços. Ela anuncia a formulação de um plano para implementar uma política pública de saúde digital em Londrina, com foco especial na tele regulação de procedimentos, inspirando-se em experiências consolidadas como a de Curitiba. Vivian aponta os gargalos do modelo tradicional, em que o paciente transita por múltiplas filas entre consultas gerais, especialistas e exames, e ressalta que, embora novos protocolos tenham sido elaborados em conjunto com a atenção primária e o DRAS, a introdução de ferramentas digitais torna-se indispensável para dar celeridade aos fluxos. Por fim, informa que a UPA Digital, realizada em parceria com o Hospital Evangélico, teve sua prorrogação solicitada, enquanto o município aguarda o desdobramento do processo licitatório. Não havendo mais assuntos, a reunião é encerrada. Esta ata foi digitada pelo servidor Anderson Luiz Oliveira Silva, revisada pela secretária Sandra Bavia e será assinada pela presidência do Conselho Municipal de Saúde após aprovação do plenário.

1	Gestor	Titular	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Vivian Biazon EL Reda Feijó	Presente
2	Gestor	Suplente	Secretaria Municipal de Saúde de Londrina	Rita de Cássia Domansky	Presente
3	Gestor	Titular	17ª Regional de Saúde	Maria Lúcia da Silva Lopes	Justificou
4	Gestor	Suplente	17ª Regional de Saúde	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Justificou

5	Prestador	Titular	Hospital Evangélico de Londrina	Rúbia Isaltina Gomes de Souza dos Santos	Ausente
6	Prestador	Suplente	Hoftalon - Centro de Estudos e Pesquisa da Visão	Henrique Bacaroglo	Ausente
7	Prestador	Titular	Hospital do Câncer de Londrina	Manoela Germinari Pessoa	Ausente
8	Prestador	Suplente	Hospital do Câncer de Londrina	Leidiane dos Santos Mian	Presente
9	Prestador	Titular	Hospital Vida	Adelson Pereira dos Santos Júnior	Presente
10	Prestador	Suplente	Irmandade Santa Casa de Londrina	Ana Paula Cantelmo Luz	Justificou
11	Prestador	Titular	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Jose Roberto de Almeida	Ausente
12	Prestador	Suplente	Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná	Alexandro Oliveira Dias	Presente
13	Prestador	Titular	Hospital da Zona Norte	Sem indicação	
14	Prestador	Suplente	Hospital da Zona Sul	Geraldo Júnior Guilherme	Presente
15	Trabalhador	Titular	Sindserv	Pilar Nadir Alvarez Soldório	Ausente
16	Trabalhador	Suplente	Sindserv	Marco Antônio Modesto	Ausente
17	Trabalhador	Titular	Sindprevs	Gilmar Souto	Presente
18	Trabalhador	Suplente	Sindprevs	Valéria de Fátima Parra	Ausente
19	Trabalhador	Titular	Sindsaúde	Hodnei Machado	Presente
20	Trabalhador	Suplente	Sindsaúde	Gilson Luiz Pereira Filho	Justificou
21	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Fisioterapia	Fernando Cesar Marcucci	Presente
22	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Farmácia	Ester Massae Dalla Costa	Justificou
23	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Psicologia	Fansley Cristina Silva	Presente
24	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Psicologia	Rachel Gonçalves da Silva	Ausente
25	Trabalhador	Titular	CRESS	Cristiane de Godoy Zimmer	Ausente
26	Trabalhador	Suplente	CRESS	Diovania Garcia	Ausente

27	Trabalhador	Titular	Conselho Regional de Educação Física	Geder Harami Harami	Ausente
28	Trabalhador	Suplente	Conselho Regional de Odontologia	Lázara Regina de Resende	Presente
29	Usuário	Titular	CONLESTE	Edvaldo Viana	Presente
30	Usuário	Suplente	CONLESTE	Marcos Butarello	Ausente
31	Usuário	Titular	FECAMPAR	Vaine Teresinha Pizolloto Marques	Presente
32	Usuário	Suplente	FECAMPAR	Ana Paula Nunes Viotto	Ausente
33	Usuário	Titular	Pastoral da Saúde	Marcia Barbosa Mendes	Ausente
34	Usuário	Suplente	Pastoral da Saúde	Cirlete Marcondes Oliveira Peligrinelli	Presente
35	Usuário	Titular	AUETO	Thais Helena Oliveira	Ausente
36	Usuário	Suplente	AUETO	sem indicação	Ausente
37	Usuário	Titular	ASSEMBPA	Rosalina Batista	Presente
38	Usuário	Suplente	ASSEMBPA	Margareth Cipolla	Ausente
39	Usuário	Titular	CONSASLON	Adriane Aparecida Loper	Presente
40	Usuário	Suplente	CONSASLON	Gislaine Dias Elias	Ausente
41	Usuário	Titular	APP Sindicato	Bruno Garcia	Justificou
42	Usuário	Suplente	APP Sindicato	Luciana Toshie Sumiwaga	Justificou
43	Usuário	Titular	ASSUEL	Adriana Gonçalves de Oliveira	Ausente
44	Usuário	Suplente	ASSUEL	Alexandre Casanatto	Ausente
45	Usuário	Titular	Central Única dos Trabalhadores	Eunice Tieko Miyamoto	Ausente
46	Usuário	Suplente	Central Única dos Trabalhadores	Carlos Choji Kotinda	Ausente
47	Usuário	Titular	SEEB	Laurito Porto de Lira Filho	Ausente
48	Usuário	Suplente	SEEB	Regina Ferreira de Souza	Ausente
49	Usuário	Titular	SINDNAPI	Manoel Rodrigues do Amaral	Ausente
50	Usuário	Suplente	SINDNAPI	Edgard de Lima	Presente
51	Usuário	Titular	UNIMOL	Ângelo Barreiros	Ausente
52	Usuário	Suplente	UNIMOL	Custódio Rodrigues do Amaral	Ausente

53	Usuário	Titular	AMICAS	Rita de Cássia Barbosa	Ausente
54	Usuário	Suplente	AMICAS	sem indicação	
55	Usuário	Titular	UGT	Sônia de Oliveira Silva	Justificou
56	Usuário	Suplente	UGT	Maria Ângela Magro	Presente

Vaine Teresinha Pizolotto Marques
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Londrina



Documento assinado eletronicamente por **Vaine Teresinha Pizolotto Marques, Presidente do Conselho Municipal de Saúde**, em 17/09/2026, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19306599** e o código CRC **0626662D**.